



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO CENTRO-OESTE (FCO)**

RELATÓRIO DE GESTÃO

1º SEMESTRE DE 2013

PARECER-CONJUNTO N.º 26-SFRI/SUDECO, DE 29.11.2013

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	4
3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	6
4. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2013.....	6
4.1. DIRETRIZES, ORIENTAÇÕES GERAIS E PRIORIDADES.....	7
4.2. PROGRAMAS E LINHAS DE FINANCIAMENTO	7
5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013.....	8
5.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2013	8
5.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF E SETOR	9
5.3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	10
6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2013.....	10
6.1. RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE DE 2013	10
6.2. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF E SETOR	11
6.3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS PREVISTOS PARA O 1º SEMESTRE POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	11
7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2013.....	12
7.1. ORÇAMENTOS PREVISTO E REALIZADO.....	12
7.2. DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO REALIZADO POR UF E SETOR	12
8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2013	13
8.1. CONTRATAÇÕES POR UF.....	13
8.1.1. <i>Contratações no DF</i>	14
8.1.2. <i>Contratações no Estado de GO</i>	15
8.1.3. <i>Contratações no Estado de MS</i>	15
8.1.4. <i>Contratações no Estado de MT</i>	16
8.2. CONTRATAÇÕES POR PORTE	16
8.2.1. <i>Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores</i>	17
8.2.2. <i>Contratações com médios e grandes tomadores</i>	18
8.3. CONTRATAÇÕES POR SETOR	18
8.3.1. <i>Contratações com o setor empresarial.....</i>	18
8.3.2. <i>Contratações com o setor rural.....</i>	19
8.4. CONTRATAÇÕES POR LINHA DE FINANCIAMENTO.....	19
8.4.1. <i>Contratações com o setor comercial e de serviços.....</i>	20
8.5. CONTRATAÇÕES PARA CUSTEIO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/OU MATÉRIA-PRIMA.....	21
8.5.1. <i>Contratações junto a EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores.....</i>	21
8.5.2. <i>Contratações junto a médios e grandes tomadores.....</i>	22
8.6. CONTRATAÇÕES POR ESPAÇO PRIORITÁRIO	23
8.6.1. <i>Contratações na Faixa de Fronteira</i>	23

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

8.6.2. <i>Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas</i>	23
8.6.3. <i>Contratações segundo a Tipologia dos Municípios</i>	23
8.6.4. <i>Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE)</i>	24
8.7. CONTRATAÇÕES COM NOVOS BENEFICIÁRIOS	24
8.8. CONTRATAÇÕES POR INSTITUIÇÃO OPERADORA (IO)	24
8.9. SITUAÇÃO DA DEMANDA	26
9. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES	26
9.1. PRIORIDADES GERAIS, SETORIAIS E ESPACIAIS	27
10. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS	29
10.1. SALDO DE FINANCIAMENTOS POR UF, PORTE, SETOR E LINHA	29
10.2. SALDO DE FINANCIAMENTOS POR RISCO OPERACIONAL	30
10.3. SALDOS DE FINANCIAMENTOS VINCENDOS E VENCIDOS – ÍNDICES DE INADIMPLÊNCIA	31
11. AUDITORIA EXTERNA	31
12. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MI E PELA SUDECO	33
12.1. SEMINÁRIOS FCO ITINERANTE	34
13. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES	36
14. PARECER E RECOMENDAÇÕES	37

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório resulta do trabalho realizado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com o objetivo de avaliar o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, a que se refere o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

Com esse propósito, aborda os financiamentos concedidos por setores econômicos, portes de beneficiários, Unidades Federativas e áreas prioritárias, entre outras variáveis, além de suas repercussões nos ambientes econômicos e sociais da Região.

Em função da apresentação de alguns quadros do Relatório em R\$ Milhões e em R\$ Mil, o resultado de cálculos aritméticos poderá apresentar aparentes divergências decorrentes de arredondamentos.

2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proveitos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 7.827).

A área de abrangência do FCO está restrita à Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e pelo Distrito Federal. De acordo com os registros do IBGE, a Região conta com 467 municípios em 2013.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante e eficiente instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste. Com isso, o Fundo tornou-se um dos principais instrumentos na implementação das ações de fomento às atividades produtivas desenvolvidas na Região, previstas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com o art. 13 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos/entidades:

- Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco);
- Ministério da Integração Nacional (MI); e
- Banco do Brasil S.A. (BB).

Ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) compete:

- estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do FCO, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

- aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais;
- encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional; e
- apreciar e encaminhar periodicamente às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, para efeito de fiscalização e controle.

O § 3º do art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), definiu que, até a instalação do Condel/Sudeco, as atribuições relativas ao FCO seriam exercidas temporariamente pelo Condel/FCO. Com a instalação, em 13.11.2012, do Condel/Sudeco, o Relatório sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, será submetido à consideração e deliberação do Condel/Sudeco, e não mais à do Condel/FCO.

De acordo com o parágrafo único do art. 9º da Lei Complementar n.º 129, as atividades de Secretaria-Executiva do Condel/Sudeco são exercidas pela Sudeco.

O Ministério da Integração Nacional (MI), por sua vez, é responsável por:

- estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos recursos do FCO, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- analisar a proposta de programação orçamentária anual do FCO, compatibilizando os respectivos programas com as diretrizes e orientações gerais traçadas pelo Ministério, em articulação com os Conselhos de Desenvolvimento dos Estados da Região e do Distrito Federal; e
- gerenciar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FCO.

Cabe esclarecer que, com a publicação, em 16.05.2011, dos Decretos n.º 7.471 e 7.472, de 04.05.2011, os quais aprovaram, respectivamente, as Estruturas Regimentais da Sudeco e do MI, as atribuições relativas ao FCO, antes sob a responsabilidade das extintas Secretarias de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), no âmbito do MI, passaram a ser exercidas pela nova Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI).

Por fim, ao Banco do Brasil S.A. compete:

- aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Conselho Deliberativo;

- definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelo Conselho Deliberativo;
- analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir os créditos;
- formalizar contratos de repasses de recursos do Fundo, na forma prevista no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989;
- prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo;
- exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; e
- encaminhar ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, até o dia 30 de setembro de cada ano, para análise, a proposta dos programas de financiamento para o exercício seguinte.

3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento do desempenho operacional do FCO e a avaliação dos resultados obtidos são realizados tendo por base o relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO que o Banco do Brasil S.A. apresenta ao Ministério da Integração Nacional em cumprimento ao que dispõe o art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, acompanhado dos seguintes documentos: balancetes e balanços patrimoniais; relatório e parecer de auditores independentes; mapas estatísticos de operações contratadas por programa/linha, por setor, por porte de tomadores e por Unidade Federativa; dados gerenciais sobre a situação dos recursos, etc.

Cabe ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) encaminhar o referido Relatório ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), juntamente com sua apreciação, com vistas à avaliação dos resultados obtidos e à determinação das medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas.

4. PROGRAMAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2013

A Programação do FCO para 2013 foi elaborada pelo Banco do Brasil S.A., avaliada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), e aprovada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 004, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI, com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, com as contribuições originadas em reuniões com a participação de representantes das Unidades Federativas da Região e das classes produtoras e trabalhadoras, interessados na aplicação dos recursos do Fundo.

4.1. Diretrizes, Orientações Gerais e Prioridades

De acordo com atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu, por meio da Portaria n.º 386, de 04.07.2012, publicada no DOU de 05.07.2012 (alterada pelas Portarias n.º 592, de 01.11.2012, publicada no DOU de 05.11.2012; n.º 694, de 13.12.2012, publicada no DOU de 14.12.2012; n.º 116, de 04.04.2013, publicada no DOU de 05.04.2013; n.º 128, de 11.04.2013, publicada no DOU de 12.04.2013; e n.º 313, de 25.07.2013, publicada no DOU de 29.07.2013), as diretrizes e orientações gerais para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Conselho Nacional de Desenvolvimento) (Conselho), por sua vez, em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Conselho n.º 003, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013.

O Banco do Brasil S.A. formulou a proposta de Programação em consonância não só com as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo MI e as diretrizes e prioridades definidas pelo Conselho, mas também com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO) e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

A proposta foi aprovada pelo Conselho, por meio da Resolução Conselho n.º 004, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, com base nas atribuições previstas nos incisos I e II do art. 14 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

4.2. Programas e Linhas de Financiamento

A Programação está segmentada por setores produtivos (empresarial e rural), sendo os recursos aplicados no âmbito dos seguintes programas:

Quadro 1: Programas e Linhas de Financiamento

Programas	Linhas
Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro e Pequenas Empresas (MPE)	1. Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais - EI; 2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE; 3. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; 5. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e 6. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.
Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE)	1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE; 2. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e 5. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

Programa de FCO Rural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural; 2. Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; 4. Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); 5. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; 6. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; 7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e 8. Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pronaf; e 2. Pronaf – Reforma Agrária (Planta Brasil).
Programa de FCO Empresarial para Repasse	<ol style="list-style-type: none"> 1. Linha de Financiamento para Empreendedores Individuais - EI; 2. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE; 3. Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE; 4. Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE; 5. Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e 6. Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.
Programa de FCO Rural para Repasse	<ol style="list-style-type: none"> 1. Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural; 2. Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada; 3. Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; 4. Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); 5. Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; 6. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; e 7. Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

Fonte: Programação do FCO para 2013.

5. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013

5.1. Recursos previstos para o exercício de 2013

De acordo com a Programação do FCO para 2013, aprovada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 004, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, o montante de recursos para aplicação no exercício de 2013 é de R\$ 5.504,4 milhões.

As principais fontes de recursos são: previsão de repasses do Tesouro Nacional provenientes da arrecadação dos impostos sobre renda e provimentos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados; previsão de retornos de parcelas de financiamentos (amortizações/liquidações); previsão de receitas e despesas do Fundo; disponibilidades apuradas em 31.12.2012; parcelas de operações contratadas em exercícios anteriores, ainda pendentes de liberação:

Quadro 2: Recursos previstos para o exercício de 2013

Origem	R\$ Milhões
Repasses do Tesouro Nacional	2.062,9
Retornos de financiamentos	3.511,7
Resultado operacional	173,9
Disponibilidades ao final do exercício anterior	529,4
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(773,5)
Total	5.504,4

Fonte: Programação do FCO para 2013 e Relatório de Gestão do BB.

5.2. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

Para o exercício de 2013, a Portaria MI n.º 386, de 04.07.2012, alterada pelas Portarias n.º 592 e 694, de 01.11 e 13.12.2012, respectivamente, que definiu as diretrizes e orientações gerais para a definição das diretrizes e prioridades pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) e a formulação da proposta de programação do FCO pelo Banco do Brasil S.A., estabeleceu que a Programação deveria apresentar estimativas de aplicação por Unidade da Federação, calculadas com base na distribuição histórica das aplicações e na expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF (art. 5º, inciso III, alínea “c”, item 1).

Ademais, vedou a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas (art. 5º, § 1º), e considerou Unidade Federativa, no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios (art. 5º, § 2º).

Posteriormente, por meio da Portaria MI n.º 128, de 11.04.2013, publicada no DOU de 12.04.2013, o Ministério da Integração Nacional resolveu alterar o art. 5º da Portaria MI n.º 386:

- a) mantendo a sistemática comum a todos os Fundos Constitucionais (art. 5º, inciso III, alínea “c”, item 1, e parágrafo único, da Portaria MI n.º 386), permitindo, no entanto, que a estimativa inicial de aplicação por UF, alternativamente, observe os seguintes percentuais: DF – 19%; GO – 29%; MS – 23%; e MT – 29%;
- b) estabelecendo que, neste caso, a estimativa de aplicação por UF deverá ser reprogramada até 31 de outubro de 2013, levando em consideração as contratações realizadas em cada UF até 30 de setembro de 2013, bem como as operações em fase final de contratação nesta data; e
- c) estabelecendo que os Governos Estaduais e do Distrito Federal, em articulação com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deverão envidar esforços para o cumprimento do percentual mínimo de 15% de aplicação por UF.

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no exercício de 2013, por UF e Setor, feitas com base nessas diretrizes e orientações gerais, observados o mínimo de 15% dos recursos previstos para o exercício para aplicação em cada UF e os percentuais por setor (empresarial e rural) definidos por cada UF:

Quadro 3: Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF e Setor

R\$ Mil

Setor	DF		GO		MS		MT		Região
	Valor	% em relação à UF							
Empresarial % em relação ao total	836.664	80,0%	798.133	50,0%	633.002	50,0%	798.133	50,0%	3.065.933
	15,2%		14,5%		11,5%		14,5%		55,7%
Rural % em relação ao total	209.166	20,0%	798.133	50,0%	633.002	50,0%	798.133	50,0%	2.438.435
	3,8%		14,5%		11,5%		14,5%		44,3%
Total % em relação ao total	1.045.830	100,0%	1.596.267	100,0%	1.266.005	23,0%	1.596.267	100,0%	5.504.368
									100,0%

Fonte: Programação do FCO para 2013 e Relatório de Gestão do BB.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

Os recursos alocados ao Distrito Federal são aplicados na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), exceto nos municípios localizados no Estado de Minas Gerais (Resolução Condel/FCO n.º 215, de 08.06.2004).

5.3. Alocação dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o exercício de 2013 foram alocados por UF e setor e, também, por porte de beneficiário e linha de financiamento, considerando-se as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco e, ainda, os percentuais de alocação por setor/linha definidos pelas Unidades Federativas da Região:

Quadro 4: Distribuição dos recursos previstos para o exercício por UF, Porte, Setor e Linha

Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	R\$ Mil
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	426.699	407.048	322.831	407.048	1.563.626	28,4
Industrial	50.998	139.780	137.203	101.762	429.743	
Infraestrutura	50.998	31.872	16.142	33.907	132.918	
Turismo	50.998	31.872	32.283	67.855	183.008	
Comércio e Serviços	273.705	203.524	137.203	203.524	817.956	
FCO Rural	106.675	407.048	322.831	407.048	1.243.602	22,6
Pronaf-RA e Pronaf Demais	104.583	244.229	126.614	373.955	849.381	
Demais Rurais	2.092	162.819	196.217	33.093	394.221	
Subtotal	533.373	814.096	645.662	814.096	2.807.228	51,0
Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	409.965	391.085	310.171	391.085	1.502.307	27,3
Industrial	48.998	125.890	131.823	114.080	420.791	
Infraestrutura	48.998	34.846	15.509	32.577	131.930	
Turismo	48.998	34.807	31.017	48.886	163.707	
Comércio e Serviços	262.971	195.543	131.823	195.543	785.879	
FCO Rural	102.491	391.085	310.171	391.085	1.194.833	21,7
Subtotal	512.457	782.171	620.342	782.171	2.697.140	49,0
Resumo Geral						
FCO Empresarial	836.664	798.133	633.002	798.133	3.065.933	55,7
Industrial	99.996	265.671	269.026	215.842	850.534	
Infraestrutura	99.996	66.718	31.650	66.485	264.848	
Turismo	99.996	66.678	63.300	116.741	346.715	
Comércio e Serviços	536.676	399.067	269.026	399.067	1.603.835	
FCO Rural	209.166	798.133	633.002	798.133	2.438.435	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	104.583	244.229	126.614	373.955	849.381	
Demais Rurais	104.583	553.905	506.388	424.178	1.589.054	
Total	1.045.830	1.596.267	1.266.005	1.596.267	5.504.368	100,0

Fonte: Programação do FCO para 2013 e Relatório de Gestão do BB.

6. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O 1º SEMESTRE DE 2013

6.1. Recursos previstos para o 1º semestre de 2013

De acordo com o Relatório, elaborado pelo Banco do Brasil S.A., sobre as Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, o montante de recursos previstos para aplicação no período era de R\$ 2.630,1 milhões:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

Quadro 5: Recursos previstos para o 1º Semestre de 2013

Origem	R\$ Milhões
Repasses do Tesouro Nacional	1.031,4
Retornos de financiamentos	1.755,9
Resultado operacional	86,9
Disponibilidades ao final do exercício anterior	529,4
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(773,5)
Total	2.630,1

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

6.2. Alocação dos recursos previstos para o 1º semestre por UF e Setor

O quadro abaixo apresenta as estimativas de aplicações dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, por UF e Setor:

Quadro 6: Alocação dos recursos previstos para o 1º Semestre de 2013 por UF e Setor

Setor	DF		GO		MS		MT		Região	R\$ Mil
	Valor	% em relação à UF	Valor							
Empresarial	399.780		381.369		302.465		381.369			1.464.984
% em relação ao total	15,2%	80,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%		55,7%
Rural	99.945		381.369		302.465		381.369			1.165.149
% em relação ao total	3,8%	20,0%	14,5%	50,0%	11,5%	50,0%	14,5%	50,0%		44,3%
Total	499.725	19,0%	762.738	29,0%	604.930	23,0%	762.738	29,0%	100,0%	2.630.132
% em relação ao total										100,0%

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

6.3. Alocação dos recursos previstos para o 1º semestre por UF, Porte, Setor e Linha

Os recursos previstos para o 1º semestre de 2013 também foram alocados por UF, setor, porte de beneficiário e linha de financiamento, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 7: Alocação dos recursos previstos para o 1º Semestre de 2013 por UF, Porte, Setor e Linha

Setor/Linha	DF	GO	MS	MT	Região	R\$ Mil	%
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores							
FCO Empresarial	203.888	194.498	154.257	194.498	747.142	28,4	
Industrial	50.049	85.427	49.208	29.175	213.859		
Infraestrutura	53.793	19.450	10.891	29.175	113.308		
Turismo	50.049	19.450	11.261	58.349	139.110		
Comércio e Serviços	49.996	70.172	82.898	77.799	280.865		
FCO Rural	50.972	194.498	154.257	194.498	594.226	22,6	
Pronaf-RA e Pronaf Demais	49.973	116.699	60.493	178.677	405.841		
Demais Rurais	999	77.799	93.764	15.821	188.384		
Subtotal	254.860	388.997	308.515	388.997	1.341.367	51,0	

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

Médios e Grandes Tomadores						
FCO Empresarial	195.892	186.871	148.208	186.871	717.842	27,3
Industrial	46.075	67.274	92.334	37.374	243.056	
Infraestrutura	53.793	18.611	9.782	37.374	119.560	
Turismo	46.075	18.611	8.004	37.374	110.064	
Comércio e Serviços	49.949	82.376	38.088	74.748	245.162	
FCO Rural	48.973	186.871	148.208	186.871	570.923	21,7
Subtotal	244.865	373.742	296.416	373.742	1.288.765	49,0

Resumo Geral						
FCO Empresarial	399.780	381.369	302.465	381.369	1.464.984	55,7
Industrial	96.125	152.700	141.542	66.549	456.915	
Infraestrutura	107.586	38.061	20.672	66.549	232.868	
Turismo	96.125	38.061	19.265	95.724	249.174	
Comércio e Serviços	99.945	152.548	120.986	152.548	526.026	
FCO Rural	99.945	381.369	302.465	381.369	1.165.149	44,3
Pronaf-RA e Pronaf Demais	49.973	116.699	60.493	178.677	405.841	
Demais Rurais	49.973	264.670	241.972	202.692	759.307	
Total	499.725	762.738	604.930	762.738	2.630.132	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO 1º SEMESTRE DE 2013

7.1. Orçamentos previsto e realizado

O orçamento realizado no 1º semestre de 2013 (R\$ 2.703,7 milhões) representou 102,8% do montante previsto (R\$ 2.630,1 milhões), conforme quadro a seguir:

Quadro 8: Orçamento - Previsto X Realizado no 1º Semestre de 2013

Origem	Previsto (a)	Realizado (b)	% (b/a)	R\$ Milhões
				(b/a)
Repasses do Tesouro Nacional	1.031,4	996,6	96,6	
Retornos de financiamentos	1.755,9	1.280,6	72,9	
Resultado operacional	86,9	26,6	30,6	
Disponibilidades ao final do exercício anterior	529,4	529,4	100,0	
Recursos comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	(773,5)	(129,5)	16,7	
Total	2.630,1	2.703,7	102,8	

Posição: 30.06.2013.

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

7.2. Distribuição do orçamento realizado por UF e Setor

O quadro a seguir apresenta a distribuição do orçamento realizado no 1º semestre de 2013 por UF e Setor, segundo os percentuais definidos na Programação do FCO para 2013:

Quadro 9: Distribuição do Orçamento Realizado por UF e Setor

Setor	DF	GO	MS	MT	Região	R\$ Mil
Empresarial	410.959	392.033	310.923	392.033		1.505.949
%	15,2	14,5	11,5	14,5		55,7
Rural	102.740	392.033	310.923	392.033		1.197.730
%	3,8	14,5	11,5	14,5		44,3
Total	513.699	784.067	621.846	784.067		2.703.679
%	19,0	29,0	23,0	29,0		100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8. DESEMPENHO OPERACIONAL NO 1º SEMESTRE DE 2013

As contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 atingiram R\$ 2.826,7 milhões, o que corresponde a 107,5% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 2.630,1 milhões), e a 104,6% do montante de recursos efetivamente alocados no período para aplicação (R\$ 2.703,7 milhões):

Quadro 10: Orçamentos Previsto e Realizado X Contratações por Setor

Setor	Orçamento Previsto (a)	Orçamento Realizado (b)	Contratações (c)	% (c/a)	% (c/b)	R\$ Milhões	
						Total 1 (c/d)	Total 2 (c/e)
Empresarial	1.465,0	1.505,9	1.702,4	116,2	113,0	64,7	63,0
Rural	1.165,1	1.197,7	1.124,3	96,5	93,9	42,7	41,6
Total	2.630,1 (d)	2.703,7 (e)	2.826,7	107,5	104,6	107,5	104,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No que se refere à distribuição dos financiamentos, os R\$ 2.826,7 milhões aplicados no semestre beneficiaram diretamente as populações de 456 localidades, correspondentes a 97,6% do total dos municípios da Região (467).

8.1. Contratações por UF

Das contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 (R\$ 2.826,7 milhões), R\$ 452,1 milhões (16,0%) beneficiaram o Distrito Federal; R\$ 1.076,2 milhões (38,1%) o Estado de Goiás; R\$ 627,0 milhões (22,2%) o Estado de Mato Grosso do Sul; e R\$ 671,4 milhões (23,7%) o Estado de Mato Grosso:

Quadro 11: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.852	406.820	4.882	689.583	3.039	262.896	3.506	343.074	14.279	1.702.373
Industrial	348	46.818	1.131	434.091	352	56.285	456	69.080	2.287	606.275
Infraestrutura	3	640	10	7.961	3	492	7	968	23	10.061
Turismo	264	88.793	214	21.363	190	10.651	179	13.337	847	134.145
Comércio e Serviços	2.237	270.568	3.527	226.167	2.494	195.468	2.864	259.688	11.122	951.892
Rural	347	45.281	4.483	386.650	2.444	364.103	2.647	328.314	9.921	1.124.349
Pronaf-RA	3	15	146	1.658	265	3.395	48	317	462	5.385
Pronaf Demais	160	2.939	2.852	53.736	1.033	23.688	1.982	56.805	6.027	137.168
Demais Rurais	184	42.327	1.485	331.256	1.146	337.021	617	271.192	3.432	981.796
Total	3.199	452.101	9.365	1.076.233	5.483	626.999	6.153	671.389	24.200	2.826.722

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, em relação ao 1º semestre de 2012, houve decréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (-38,6%), quanto no volume de recursos aplicados (-6,1%). No 1º semestre de 2012, foram contratadas 39.428 operações, no montante de R\$ 3.010,6 milhões. Já no 1º semestre de 2013, foram contratadas 24.200 operações, no montante de R\$ 2.826,7 milhões:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

Quadro 12: Contratações por Setor/Linha de Financiamento
Comparativo 1º Sem. de 2012 x 1º Sem. de 2013

Setor/Linha	1º Semestre de 2012		1º Semestre de 2013		Variação %		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	14.590	1.300.772	14.279	1.702.373	(2,1)	30,9	
Industrial	2.387	379.906	2.287	606.275	(4,2)	59,6	
Infraestrutura	48	29.860	23	10.061	(52,1)	(66,3)	
Turismo	791	91.609	847	134.145	7,1	46,4	
Comércio e Serviços	11.364	799.397	11.122	951.892	(2,1)	19,1	
Rural	24.838	1.709.800	9.921	1.124.349	(60,1)	(34,2)	
Pronaf-RA	1.223	18.922	462	5.385	(62,2)	(71,5)	
Pronaf Demais	17.137	404.833	6.027	137.168	(64,8)	(66,1)	
Demais Rurais	6.478	1.286.045	3.432	981.796	(47,0)	(23,7)	
Total	39.428	3.010.572	24.200	2.826.722	(38,6)	(6,1)	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Ainda que tenham sido observados decréscimos nas quantidades e nos volumes contratados, pode-se afirmar que as aplicações do FCO tiveram um ótimo desempenho no 1º semestre de 2013, superiores aos orçamentos previsto e realizado (107,5% e 104,6% respectivamente), e só não superaram as do 1º semestre de 2012 devido à inexistência de disponibilidades financeira e orçamentária em algumas Unidades Federativas, Programas/Linhas, Finalidades e/ou Setores.

Isso porque, em 31.12.2012, restaram R\$ 529,4 milhões de disponibilidades, dos quais R\$ 1.250,3 milhões ficaram comprometidos com parcelas a liberar de operações contratadas até aquela data, de forma que a disponibilidade orçamentária encerrou o exercício em R\$ 720,9 milhões negativos.

Além disso, o ritmo acelerado das contratações no 1º semestre de 2013, resultante da redução das taxas de juros e da intensificação das ações de divulgação (Seminários FCO Itinerante), contribuiu para a utilização da quase totalidade dos recursos distribuídos no período, razão pela qual o Banco Administrador chegou a suspender o acolhimento, o deferimento e a formalização de propostas.

8.1.1. Contratações no DF

No Distrito Federal, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 (R\$ 452,1 milhões) tiveram incremento de 40,6% em relação ao 1º semestre de 2012 (R\$ 321,5 milhões):

Quadro 12a: Contratações por Setor/Linha de Financiamento no DF
Comparativo 1º Sem. de 2012 x 1º Sem. de 2013

Setor/Linha	1º Semestre de 2012		1º Semestre de 2013		Variação %		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	2.996	267.573	2.852	406.820	(4,8)	52,0	
Industrial	412	45.887	348	46.818	(15,5)	2,0	
Infraestrutura	7	1.438	3	640	(57,1)	(55,5)	
Turismo	228	21.106	264	88.793	15,8	320,7	
Comércio e Serviços	2.349	199.142	2.237	270.568	(4,8)	35,9	
Rural	784	53.939	347	45.281	(55,7)	(16,1)	
Pronaf-RA	16	219,12	3	15	(81,3)	(93,2)	
Pronaf Demais	530	9.780,68	160	2.939	(69,8)	(69,9)	
Demais Rurais	238	43.939	184	42.327	(22,7)	(3,7)	
Total	3.780	321.512	3.199	452.101	(15,4)	40,6	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

O incremento observado nas contratações do DF no 1º semestre de 2013 decorre da intensificação das ações de divulgação do Fundo (Seminários FCO Itinerante) e do aumento do montante de recursos previstos para aplicação junto aos setores comercial e de serviços de R\$ 250,4 milhões em 2012 para R\$ 536,7 milhões em 2013.

Isso porque, com a revogação do § 3º do art. 4º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989 pela Lei n.º 12.716, de 21.09.2012, que limitava os financiamentos aos setores comercial e de serviços a 20% dos recursos previstos para o exercício, a Programação do FCO para 2013 elevou o limite de assistência aos referidos setores para 30% dos recursos previstos para o exercício (30% de R\$ 5.504,4 milhões = R\$ 1.651,3 milhões), obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a Região.

Ademais, o montante de recursos contratados no Distrito Federal durante o 1º semestre de 2013 (R\$ 452,1 milhões) representou 90,5% do seu orçamento previsto (R\$ 499,7 milhões – Quadro 6), 88,0% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 513,7 milhões – Quadro 9) e 16,0% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

8.1.2. *Contratações no Estado de GO*

No Estado de Goiás, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 atingiram R\$ 1.076,2 milhões, montante 3,1% inferior ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 1.110,7 milhões):

Quadro 12.b: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em GO
Comparativo 1º Sem. de 2012 x 1º Sem. de 2013

Setor/Linha	1º Semestre de 2012		1º Semestre de 2013		Variação %	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	4.861	461.833	4.882	689.583	0,4	49,3
Industrial	1.109	191.771	1.131	434.091	2,0	126,4
Infraestrutura	24	17.721	10	7.961	(58,3)	(55,1)
Turismo	235	27.487	214	21.363	(8,9)	(22,3)
Comércio e Serviços	3.493	224.855	3.527	226.167	1,0	0,6
Rural	12.594	648.837	4.483	386.650	(64,4)	(40,4)
Pronaf-RA	219	2.413	146	1.658	(33,3)	(31,3)
Pronaf Demais	9.009	180.082	2.852	53.736	(68,3)	(70,2)
Demais Rurais	3.366	466.342	1.485	331.256	(55,9)	(29,0)
Total	17.455	1.110.671	9.365	1.076.233	(46,3)	(3,1)

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Goiás durante o 1º semestre de 2013 (R\$ 1.076,2 milhões) representou 141,1% do seu orçamento previsto (R\$ 762,7 milhões – Quadro 6), 137,3% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 784,1 milhões – Quadro 9) e 38,1% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

8.1.3. *Contratações no Estado de MS*

Em Mato Grosso do Sul, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 atingiram R\$ 627,0 milhões, montante 2,1% inferior ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 640,6 milhões):

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

Quadro 12.c: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MS
Comparativo 1º Sem. de 2012 x 1º Sem. de 2013

Setor/Linha	1º Semestre de 2012		1º Semestre de 2013		Variação %		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	3.049	225.934	3.039	262.896	(0,3)	16,4	
Industrial	277	56.746	352	56.285	27,1	(0,8)	
Infraestrutura	7	426	3	492	(57,1)	15,6	
Turismo	168	16.359	190	10.651	13,1	(34,9)	
Comércio e Serviços	2.597	152.404	2.494	195.468	(4,0)	28,3	
Rural	4.383	414.690	2.444	364.103	(44,2)	(12,2)	
Pronaf-RA	755	13.233	265	3.395	(64,9)	(74,3)	
Pronaf Demais	2.073	40.055	1.033	23.688	(50,2)	(40,9)	
Demais Rurais	1.555	361.403	1.146	337.021	(26,3)	(6,7)	
Total	7.432	640.625	5.483	626.999	(26,2)	(2,1)	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso do Sul durante o 1º semestre de 2013 (R\$ 627,0 milhões) representou 103,7% do seu orçamento previsto (R\$ 604,9 milhões – Quadro 6), 100,8% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 621,8 milhões – Quadro 9) e 22,2% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

8.1.4. Contratações no Estado de MT

No Estado de Mato Grosso, as contratações realizadas com recursos do FCO no 1º semestre de 2013 atingiram R\$ 671,4 milhões, montante 28,4% inferior ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 937,8 milhões):

Quadro 12.d: Contratações por Setor/Linha de Financiamento em MT
Comparativo 1º Sem. de 2012 x 1º Sem. de 2013

Setor/Linha	1º Semestre de 2012		1º Semestre de 2013		Variação %		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Empresarial	3.683	345.431	3.506	343.074	(4,8)	(0,7)	
Industrial	589	85.502	456	69.080	(22,6)	(19,2)	
Infraestrutura	10	10.275	7	968	(30,0)	(90,6)	
Turismo	160	26.657	179	13.337	11,9	(50,0)	
Comércio e Serviços	2.924	222.996	2.864	259.688	(2,1)	16,5	
Rural	7.077	592.333	2.647	328.314	(62,6)	(44,6)	
Pronaf-RA	233	3.057	48	317	(79,4)	(89,6)	
Pronaf Demais	5.525	174.915	1.982	56.805	(64,1)	(67,5)	
Demais Rurais	1.319	414.361	617	271.192	(53,2)	(34,6)	
Total	10.760	937.764	6.153	671.389	(42,8)	(28,4)	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O montante de recursos contratados no Estado de Mato Grosso durante o 1º semestre de 2013 (R\$ 671,4 milhões) representou 88,0% do seu orçamento previsto (R\$ 762,7 milhões – Quadro 6), 85,6% de sua dotação pelo orçamento realizado (R\$ 784,1 milhões – Quadro 9) e 23,7% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

8.2. Contratações por Porte

Para enquadramento das operações, os beneficiários são classificados quanto ao porte, observados os critérios aprovados pelo Condel/Sudeco. Para o exercício de 2013, os parâmetros aprovados no âmbito da Programação do Fundo são os seguintes:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

Quadro 13: Classificação Quanto ao Porte vigente em 2013

Beneficiários	Setor	Faturamento Bruto Anual/Renda Agropecuária Bruta Anual
Empreendedor Individual	Empresarial	até R\$ 60 mil
Micro/Mini	Empresarial	até R\$ 360 mil
	Rural	
Pequeno	Empresarial	acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões
	Rural	
Pequeno-Médio	Empresarial	acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões
	Rural	
Médio	Empresarial	acima de R\$ 16 milhões até R\$ 90 milhões
	Rural	
Grande	Empresarial	acima de R\$ 90 milhões
	Rural	

Fonte: Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, e Programação do FCO para 2013.

Ademais, de acordo com a Programação do FCO para 2013 (Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária), as contratações devem respeitar os seguintes percentuais mínimos e máximos (pisos e tetos):

- no mínimo, 51,0% dos recursos previstos para o exercício junto a empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões), sendo, no mínimo, 30,0% junto a empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 3,6 milhões); e
- no máximo, 49,0% junto a médios e grandes tomadores (receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões).

8.2.1. Contratações com EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

No 1º semestre de 2013, as contratações com tomadores de menor porte (empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores) atingiram o montante de R\$ 1.825,0 milhões, o que representa 64,6% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões):

Quadro 14: Contratações por UF, Porte e Setor/Linha de Financiamento

Setor/Linha	DF		GO		MS		MT		Região		R\$ Mil
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores											
Empresarial	279.920	61,9	324.361	30,1	215.546	34,4	274.524	40,9	1.094.351	38,7	
Industrial	39.167	8,7	85.876	8,0	25.719	4,1	40.189	6,0	190.951	6,8	
Infraestrutura	640	0,1	1.115	0,1	492	0,1	968	0,1	3.215	0,1	
Turismo	25.197	5,6	20.965	1,9	10.435	1,7	13.337	2,0	69.935	2,5	
Comércio e Serviços	214.917	47,5	216.405	20,1	178.900	28,5	220.030	32,8	830.251	29,4	
Rural	25.758	5,7	282.213	26,2	246.057	39,2	176.598	26,3	730.626	25,8	
Pronaf-RA e Pronaf Demais	2.954	0,7	55.394	5,1	27.083	4,3	57.122	8,5	142.554	5,0	
Demais Rurais	22.804	5,0	226.819	21,1	218.975	34,9	119.475	17,8	588.072	20,8	
Subtotal	305.678	67,6	606.574	56,4	461.603	73,6	451.122	67,2	1.824.977	64,6	

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

Médios e Grandes Tomadores										
Empresarial	126.900	28,1	365.222	33,9	47.350	7,6	68.550	10,2	608.022	21,5
Industrial	7.651	1,7	348.215	32,4	30.566	4,9	28.891	4,3	415.324	14,7
Infraestrutura	-	-	6.846	0,6	-	-	-	-	6.846	0,2
Turismo	63.596	14,1	398	0,0	216	0,0	-	-	64.210	2,3
Comércio e Serviços	55.652	12,3	9.763	0,9	16.568	2,6	39.659	5,9	121.641	4,3
Rural	19.523	4,3	104.437	9,7	118.046	18,8	151.717	22,6	393.723	13,9
Subtotal	146.423	32,4	469.659	43,6	165.396	26,4	220.267	32,8	1.001.745	35,4

Resumo Geral										
Empresarial	406.820	90,0	689.583	64,1	262.896	41,9	343.074	51,1	1.702.373	60,2
Industrial	46.818	10,4	434.091	40,3	56.285	9,0	69.080	10,3	606.275	21,4
Infraestrutura	640	0,1	7.961	0,7	492	0,1	968	0,1	10.061	0,4
Turismo	88.793	19,6	21.363	2,0	10.651	1,7	13.337	2,0	134.145	4,7
Comércio e Serviços	270.568	59,8	226.167	21,0	195.468	31,2	259.688	38,7	951.892	33,7
Rural	45.281	10,0	386.650	35,9	364.103	58,1	328.314	48,9	1.124.349	39,8
Pronaf-RA e Pronaf Demais	2.954	0,7	55.394	5,1	27.083	4,3	57.122	8,5	142.554	5,0
Demais Rurais	42.327	9,4	331.256	30,8	337.021	53,8	271.192	40,4	981.796	34,7
Total	452.101	100,0	1.076.233	100,0	626.999	100,0	671.389	100,0	2.826.722	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Desse montante de R\$ 1.825,0 milhões, R\$ 1.424,5 milhões beneficiaram empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores e R\$ 400,5 milhões pequeno-médios tomadores (50,4% e 14,2%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 2.826,7 milhões).

Observa-se, portanto, que os percentuais mínimos de contratação junto ao público de menor porte (metas: 51,0% e 30,0%) foram superados (resultados: 64,6% e 50,4%).

Verifica-se, ainda, que em todas as Unidades Federativas a meta de 51,0% de contratações junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores – receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões) foi superada: 67,6% no DF; 56,4% em GO; 73,6% em MS; e 67,2% em MT.

8.2.2. Contratações com médios e grandes tomadores

No 1º semestre de 2013, as contratações com médios e grandes tomadores atingiram o montante de R\$ 1.001,7 milhões, o que representa 35,4% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões).

Desses R\$ 1.001,7 milhões, R\$ 596,7 milhões (59,6%) foram destinados a grandes tomadores e R\$ 405,0 milhões (40,4%) a médios tomadores (21,1% e 14,3%, respectivamente do total contratado na Região de R\$ 2.826,7 milhões).

8.3. Contratações por Setor

8.3.1. Contratações com o setor empresarial

No 1º semestre de 2013, as contratações junto ao setor empresarial atingiram R\$ 1.702,4 milhões, correspondentes a 116,2% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.465,0 milhões – Quadro 6), 113,0% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.505,9 milhões – Quadro 9) e 60,2% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

Comparativamente aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2013 junto ao setor empresarial (R\$ 1.702,4 milhões) correspondeu a 64,7% do previsto (R\$ 2.630,1 milhões) e a 63,0% do realizado (R\$ 2.703,7 milhões), conforme Quadro 10.

Em relação ao 1º semestre de 2012, houve decréscimo na quantidade de operações realizadas (-2,1%) e acréscimo no volume de recursos aplicados (30,9%). No 1º semestre de 2012, foram contratadas 14.590 operações, no montante de R\$ 1.300,8 milhões. Já no 1º semestre de 2013, foram contratadas 14.279 operações, no total de R\$ 1.702,4 milhões.

8.3.2. Contratações com o setor rural

No 1º semestre de 2013, as contratações junto ao setor rural atingiram R\$ 1.124,3 milhões, correspondentes a 96,5% dos recursos inicialmente previstos para o setor (R\$ 1.165,1 milhões – Quadro 6), 93,9% do orçamento realizado para o setor (R\$ 1.197,7 milhões – Quadro 9) e 39,8% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões – Quadro 11).

Comparando-se aos orçamentos totais do Fundo (previsto e realizado), o montante contratado no 1º semestre de 2013 junto ao setor rural (R\$ 1.124,3 milhões) correspondeu a 42,7% do previsto (R\$ 2.630,1 milhões) e a 41,6% do realizado (R\$ 2.703,7 milhões), conforme Quadro 10.

Em relação ao 1º semestre de 2012, houve decréscimo tanto na quantidade de operações realizadas (-60,1%) quanto no volume de recursos aplicados (-34,2%). No 1º semestre de 2012, foram contratadas 24.838 operações, no montante de R\$ 1.709,8 milhões, ao passo que no 1º semestre de 2013 foram contratadas 9.921 operações, no volume de R\$ 1.124,3 milhões.

8.4. Contratações por Linha de Financiamento

Quadro 15: Contratações por UF e Setor/Linha de Financiamento

R\$ Mil

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Empresarial	2.852	406.820	4.882	689.583	3.039	262.896	3.506	343.074	14.279	1.702.373
Industrial	348	46.818	1.131	434.091	352	56.285	456	69.080	2.287	606.275
Infraestrutura	3	640	10	7.961	3	492	7	968	23	10.061
Turismo	264	88.793	214	21.363	190	10.651	179	13.337	847	134.145
Comércio e Serviços	2.237	270.568	3.527	226.167	2.494	195.468	2.864	259.688	11.122	951.892
Rural	347	45.281	4.483	386.650	2.444	364.103	2.647	328.314	9.921	1.124.349
Des. Rural	171	39.406	1.467	327.015	1.107	266.715	573	224.018	3.318	857.153
Agropecuária Irrigada	1	570	-	-	2	227	-	-	3	797
Convir	-	-	2	1.169	1	35	4	2.940	7	4.143
ABC-Conservação da Natureza	11	2.161	14	3.008	28	63.486	26	38.780	79	107.434
ABC-ILPF	-	-	-	-	2	3.902	1	248	3	4.150
Ret. Matrizes	-	-	1	34	5	2.607	13	5.207	19	7.848
Proaqua	1	190	-	-	-	-	-	-	1	190
Pescart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adeq. Prod. Pec. na Front.	-	-	1	31	1	50	-	-	2	81
Pronaf-RA	3	15	146	1.658	265	3.395	48	317	462	5.385
Pronaf Demais	160	2.939	2.852	53.736	1.033	23.688	1.982	56.805	6.027	137.168
Total	3.199	452.101	9.365	1.076.233	5.483	626.999	6.153	671.389	24.200	2.826.722

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2013, as contratações realizadas no âmbito da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial totalizaram R\$ 606,3 milhões, representando 71,3% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 850,5 milhões), 35,6% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.702,4 milhões) e 21,4% do volume aplicado na Região (R\$ 2.826,7 milhões).

Destaque também para a Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, cujas contratações totalizaram R\$ 951,9 milhões, representando 59,4% dos recursos previstos para a Linha (R\$ 1.603,8 milhões), 55,9% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.702,4 milhões) e 33,7% do volume aplicado na Região (R\$ 2.826,7 milhões).

As aplicações das Linhas de Financiamento de Infraestrutura Econômica e de Desenvolvimento do Turismo Regional, por sua vez, totalizaram R\$ 10,1 milhões e R\$ 134,1 milhões, correspondentes a 3,8% e 38,7% dos recursos previstos para as Linhas (R\$ 264,9 milhões e R\$ 346,7 milhões, respectivamente). Não foram observadas operações contratadas em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atingiram R\$ 137,1 milhões e as do Pronaf – Reforma Agrária, R\$ 5,4 milhões.

As demais Linhas de Financiamento do FCO Rural – *Desenvolvimento Rural; Agropecuária Irrigada; Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir; Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) – Conservação da Natureza e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura; Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira* – absorveram R\$ 981,8 milhões, o que representa 87,3% do total aplicado junto ao setor rural (R\$ 1.124,3 milhões) e 34,7% do total aplicado na Região (R\$ 2.826,7 milhões).

No 1º semestre de 2013, não foram registradas:

- operações em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- operações nas Linhas de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE e para MGE;
- operações florestais destinadas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com taxa de juros de 4,0% ao ano, com recursos do Fundo (inciso IV do artigo 1º da Lei n.º 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo artigo 44 da Lei n.º 11.775, de 17.09.2008); e
- operações na Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca.

8.4.1. *Contratações com o setor comercial e de serviços*

Segundo a Nota 2 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013, “a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a Região”.

No 1º semestre de 2013, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 951,9 milhões, correspondentes a 55,9% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.702,4 milhões), a 33,7% do volume aplicado na Região (R\$ 2.826,7 milhões) e a 57,6% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 1.651,3 milhões):

Quadro 16: Contratações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

	DF	GO	MS	MT	R\$ Mil Região
Recursos previstos para o exercício (a)	1.045.830	1.596.267	1.266.005	1.596.267	5.504.368
Limite para Com. e Serv. no exercício (b)	536.676	399.067	316.501	399.067	1.651.310
Contratado no 1º Semestre de 2013 (c)	270.568	226.167	195.468	259.688	951.892
% de Ating. (c/b)	50,4	56,7	61,8	65,1	57,6

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.5. Contratações para custeio e aquisição de insumos e/ou matéria-prima

8.5.1. Contratações junto a EI e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

De acordo com a Programação do FCO para 2013¹, a assistência aos empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores de financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Rural, excetuados a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC), Modalidade 1 – Conservação da Natureza, e o Pronaf, e de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MPE, ficou limitada, em cada Unidade Federativa, a três vezes o montante contratado de financiamentos de investimentos com esse segmento de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, respeitado o teto de 30% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), em cada Unidade Federativa:

Quadro 17: Limites/tetos para financiamentos de custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

UF	Limite ⁽¹⁾	Teto ⁽²⁾	Limite/Teto a ser observado no exercício ⁽³⁾					
			Total		Rural		Empresarial	
			Valor	%	Valor	%	Valor	%
DF	265.930	313.749	265.930	100	53.186	20	212.744	80
GO	682.247	478.880	478.880	100	239.440	50	239.440	50
MS	378.332	379.801	378.332	100	189.166	50	189.166	50
MT	365.222	478.880	365.222	100	182.611	50	182.611	50
Total	1.691.730	1.651.310	1.488.363		664.403		823.961	

Notas:

⁽¹⁾ Corresponde a 3 vezes o montante de financiamentos de investimentos contratados com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, em cada UF.

⁽²⁾ Corresponde a 30% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), em cada UF.

⁽³⁾ Na UF em que o limite for superior ao teto, observa-se o teto.

Fonte: Programação do FCO para 2013 e Relatório de Gestão do BB.

No 1º semestre de 2013, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 184,9 milhões, consumindo 27,8% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 826,9 milhões, correspondentes a 100,4% do limite/teto respectivo:

¹ Nota 3 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013.

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

Quadro 18: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores

UF	Rural			Empresarial			R\$ Mil
	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	Limite/Teto	Contratações	% de Ating.	
DF	53.186	7.994	15,0	212.744	171.272	80,5	
GO	239.440	40.693	17,0	239.440	275.844	115,2	
MS	189.166	90.751	48,0	189.166	156.813	82,9	
MT	182.611	45.472	24,9	182.611	222.976	122,1	
Total	664.403	184.910	27,8	823.961	826.905	100,4	

Fonte: Programação do FCO para 2013 e Relatório de Gestão do BB.

8.5.2. *Contratações junto a médios e grandes tomadores*

De acordo com a Programação do FCO para 2013², a assistência a médios e grandes produtores rurais para o financiamento de custeio, nas Linhas de Financiamento de Desenvolvimento Rural, de Financiamento à Agropecuária Irrigada e de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir, ficou limitada a 15% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

Ainda segundo a Programação³, a assistência a médias e grandes empresas para o financiamento de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas, nas Linhas de Financiamento do Programa de FCO Empresarial para MGE, ficou limitada a 5% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), respeitados os percentuais de distribuição por Unidade Federativa (DF – 19,0%; GO – 29,0%; MS – 23,0%; e MT – 29,0%).

No 1º semestre de 2013, os financiamentos de custeio atingiram R\$ 74,4 milhões, consumindo apenas 9,0% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 83,3 milhões, correspondentes a 30,3% do limite/teto respectivo:

Quadro 19: Financiamentos para custeio, aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas junto a médios e grandes tomadores

UF	Rural			Empresarial			R\$ Mil	
	Limite ⁽¹⁾		Contratações	% de Ating.	Limite ⁽²⁾			
	Valor	% de Partic.			Valor	% de Partic.		
DF	156.874	19,0	8.444	5,4	52.291	19,0	26.678	
GO	239.440	29,0	26.868	11,2	79.813	29,0	12.036	
MS	189.901	23,0	6.852	3,6	63.300	23,0	14.954	
MT	239.440	29,0	32.283	13,5	79.813	29,0	29.624	
Total	825.655	100,0	74.447	9,0	275.218	100,0	83.292	

Notas:

⁽¹⁾ Corresponde a 15% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), em cada UF.

⁽²⁾ Corresponde a 5% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 5.504.368 mil), em cada UF.

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

² Nota 5 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013.

³ Nota 4 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013.

8.6. Contratações por Espaço Prioritário

De acordo com a Portaria MI n.º 386, de 04.07.2012, que estabeleceu as diretrizes e as orientações gerais para aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013, são considerados prioritários e devem ter tratamento diferenciado e favorecido os seguintes espaços:

- a Faixa de Fronteira;
- a Mesorregião de Águas Emendadas;
- os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica; e
- os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários dos recursos do FCO.

8.6.1. Contratações na Faixa de Fronteira

As contratações nos 72 municípios da Faixa de Fronteira (44 de Mato Grosso do Sul e 28 de Mato Grosso) totalizaram R\$ 418,7 milhões no 1º semestre de 2013, o que representa 57,2% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 732,1 milhões).

8.6.2. Contratações na Mesorregião de Águas Emendadas

Nos 76 municípios do Estado de Goiás que integram a Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 156,0 milhões, o que representa 50,6% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 308,2 milhões).

8.6.3. Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a classificação da PNDR, absorveram R\$ 1.023,3 milhões e R\$ 316,0 milhões, correspondentes a 36,2% e 11,2% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 1.339,3 milhões, o que representa 58,2% do montante de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2013 (R\$ 2.300,8 milhões).

Os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.487,4 milhões, correspondentes a 52,6% do total contratado na Região.

O Distrito Federal e os Estados de Goiás e Mato Grosso concentraram as aplicações em municípios de alta renda (84,6%, 64,8% e 42,4% respectivamente) e o Estado de Mato Grosso do Sul em municípios de economia estagnada (70,0%):

Quadro 20: Contratações segundo a Tipologia dos Municípios

Tipologia	DF		GO		MS		MT		Região		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Alta Renda %	2.587 80,9	382.309 84,6	6.215 66,4	697.047 64,8	1.235 22,5	123.398 19,7	2.370 38,5	284.634 42,4	12.407 51,3	1.487.388 52,6	
Dinâmica %	- -	- -	929 9,9	60.300 5,6	910 16,6	64.721 10,3	2.278 37,0	190.986 28,4	4.117 17,0	316.007 11,2	
Estagnada %	612 19,1	69.792 15,4	2.221 23,7	318.886 29,6	3.338 60,9	438.880 70,0	1.505 24,5	195.769 29,2	7.676 31,7	1.023.327 36,2	
Total %	3.199 100,0	452.101 100,0	9.365 100,0	1.076.233 100,0	5.483 100,0	626.999 100,0	6.153 100,0	671.389 100,0	24.200 100,0	2.826.722 100,0	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cumpre registrar que os recursos distribuídos para o Distrito Federal são aplicados não só no DF mas também nos municípios do Entorno, ou seja, nos 19 municípios de Goiás que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Assim, das 3.199 operações formalizadas com recursos do DF, 2.587 foram contratadas no DF (tipologia: alta renda) e 612 nos municípios do Entorno (tipologia: estagnada).

À vista desse resultado, sugere-se recomendar ao Banco do Brasil S.A. envidar esforços, em articulação com os Governos dos Estados de Goiás e Mato Grosso e do Distrito Federal e com os demais administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel.

8.6.4. Contratações na Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE)

Na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), ou seja, no Distrito Federal e nos 19 municípios de Goiás que integram a RIDE, foram formalizadas 3.199 operações no montante de R\$ 452,1 milhões, sendo 2.587 operações no valor de R\$ 382,3 milhões no DF e 612 operações no valor de R\$ 69,8 milhões no Entorno. O valor aplicado no Entorno (R\$ 69,8 milhões) representa 66,7% do previsto para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 104,6 milhões).

8.7. Contratações com Novos Beneficiários

No 1º semestre de 2013, 6.201 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 975,4 milhões. Esses números representam 25,6% do total de contratos formalizados (24.200) e 34,5% do total de recursos aplicados (R\$ 2.826,7 milhões), no período:

Quadro 21: Beneficiários que Obtiveram Financiamentos pela 1ª Vez

	DF		GO		MS		MT		Região	
	Qtde.	Valor								
EI	7	608	16	68	30	147	19	93	72	916
Mini/Micro	77	3.477	414	19.964	375	14.271	269	12.766	1.135	50.478
Pequeno	934	94.382	1.404	107.893	807	55.863	1.252	96.700	4.397	354.837
Pequeno-Médio	78	12.499	116	22.598	63	18.059	106	36.851	363	90.007
Médio	36	75.434	64	11.438	30	46.401	39	27.708	169	160.982
Grande	14	8.452	22	289.704	14	13.715	15	6.276	65	318.147
Total	1.146	194.852	2.036	451.665	1.319	148.456	1.700	180.394	6.201	975.366

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

8.8. Contratações por Instituição Operadora (IO)

O Banco do Brasil S.A., em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e na Portaria MI n.º 616, de 26.05.2003, tem repassado recursos a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen):

- Banco de Brasília (BRB);
- Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob);
- Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento);
- Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento);
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); e
- Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi).

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

No 1º semestre de 2013, essas instituições aplicaram R\$ 33,3 milhões, o que representa incremento de 86,0% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 17,9 milhões):

Quadro 22: Contratações com outras Instituições Operadoras (IO)

	Bancoob		BRB		GO Fomento		Sicredi		BRDE		MT Fomento		Total		
															R\$ mil
Setor/Linha	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor									
Empresarial	-	-	17	8.876	8	5.792	9	784	3	1.499	7	779	44	17.729	
Industrial	-	-	3	1.645	3	2.162	-	-	-	-	1	100	7	3.908	
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Turismo	-	-	-	-	2	2.327	-	-	-	-	1	100	3	2.427	
Comércio e Serviços	-	-	14	7.231	3	1.302	9	784	3	1.499	5	579	34	11.394	
Rural	11	1.584	-	-	-	-	41	5.329	13	8.670	-	-	65	15.583	
Total	11	1.584	17	8.876	8	5.792	50	6.113	16	10.169	7	779	109	33.312	
Tipologia	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor									
Alta Renda	9	1.384	15	8.285	8	5.792	32	3.788	2	1.049	6	679	72	20.977	
Dinâmica	2	200	-	-	-	-	12	1.028	2	3.434	1	100	17	4.762	
Estagnada	-	-	2	592	-	-	6	1.296	12	5.685	-	-	20	7.573	
Total	11	1.584	17	8.876	8	5.792	50	6.113	16	10.169	7	779	109	33.312	
Porte	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor									
Pequeno-Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pequeno	3	875	17	8.876	5	3.335	19	2.728	13	8.670	1	199	58	24.683	
Mini/Micro	8	708	-	-	3	2.457	31	3.385	3	1.499	6	580	51	8.629	
Total	11	1.584	17	8.876	8	5.792	50	6.113	16	10.169	7	779	109	33.312	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

Cabe destacar que, até 2012, as instituições operadoras do repasse atuavam apenas com mini, micro e pequenos tomadores (beneficiários com faturamento de até R\$ 3,6 milhões). A partir de 2013, passaram a atuar também com pequeno-médios (beneficiários com faturamento acima de R\$ 3,6 milhões até R\$ 16 milhões), respeitados, no entanto, os seguintes critérios/percentuais: no mínimo, 58,9% (30,0%/51,0%) com mini, micro e pequenos tomadores e, no máximo, 41,2% (21,0%/51,0%) com pequeno-médios⁴.

Dos R\$ 33,3 milhões aplicados pelas instituições operadoras do repasse, R\$ 8,6 milhões (25,8%) beneficiaram empreendedores individuais e mini/micro tomadores e R\$ 24,7 milhões (74,2%) atenderam pequenos. Não foram registradas operações com pequeno-médios tomadores.

Além disso, R\$ 12,3 milhões (36,9%) beneficiaram municípios de economia estagnada e dinâmica e R\$ 21,0 milhões (63,1%) contemplaram municípios de alta renda.

À vista desse resultado, sugere-se recomendar ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envidem esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel.

⁴ Nota 9 do Quadro do Subtítulo “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013.

8.9. Situação da Demanda

No 1º semestre de 2013, das 28.599 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R\$ 4.963,1 milhões, 24.200 no valor de R\$ 2.826,7 milhões foram contratadas e 4.399 no valor de R\$ 2.136,4 milhões não foram:

Quadro 23: Situação da Demanda - Propostas contratadas X não atendidas

	DF		GO		MS		MT		Região		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Contratadas	3.199	452.101	9.365	1.076.233	5.483	626.999	6.153	671.389	24.200	2.826.722	
Não contratadas	910	130.883	1.480	683.878	873	405.165	1.136	916.417	4.399	2.136.342	
Total	4.109	582.984	10.845	1.760.111	6.356	1.032.164	7.289	1.587.806	28.599	4.963.065	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

O Banco do Brasil controla os principais motivos de não atendimento de propostas, especialmente os de indeferimento ou cancelamento. Os resultados obtidos estão registrados no quadro a seguir:

Quadro 24: Situação da Demanda - Propostas não atendidas por motivo

	DF		GO		MS		MT		Região		R\$ Mil
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Carta-consulta em análise	174	43.366	283	173.204	194	43.451	297	114.785	948	374.806	
Projeto em elaboração	164	23.319	168	35.859	133	38.324	213	47.694	678	145.197	
Propostas em análise	170	26.642	174	60.618	122	178.727	202	70.289	668	336.277	
Pendente de documentação	53	3.990	86	7.437	42	3.718	56	5.079	237	20.224	
Em contratação	349	33.565	768	405.961	381	140.844	366	676.773	1.864	1.257.144	
Indeferidas/canceladas	-	-	1	798	1	100	2	1.796	4	2.694	
Carta-consulta indeferida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cadastro/limite de crédito	-	-	1	798	1	100	-	-	2	898	
Documentação incompleta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Cancelamento/desistência do cliente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Proposta/projeto indeferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	2	1.796	2	1.796	
Total	910	130.883	1.480	683.878	873	405.165	1.136	916.417	4.399	2.136.342	

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

9. ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES E PRIORIDADES

O Conselho/Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Conselho/Sudeco), em conformidade com o art. 14, inciso I, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007, e o art. 10 da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, definiu, por meio da Resolução Conselho/Sudeco n.º 003, de 14.12.2012, publicada no DOU de 18.12.2012, as diretrizes e prioridades para a formulação da proposta de Programação e a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013.

As ações desenvolvidas para atendimento das prioridades definidas pelo Conselho e os resultados alcançados no 1º semestre de 2013 encontram-se comentados a seguir:

9.1. Prioridades Gerais, Setoriais e Espaciais

- a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:**

No 1º semestre de 2013, as contratações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiram o montante de R\$ 1.424,5 milhões (R\$ 915,4 milhões no setor empresarial e R\$ 509,1 milhões no setor rural), o que representa 54,2% do montante de recursos previstos (R\$ 2.630,1 milhões), 52,7% do orçamento realizado (R\$ 2.703,7 milhões) e 50,4% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões).

Do montante de R\$ 1.424,5 milhões, R\$ 137,1 milhões foram contratados no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e R\$ 5,4 milhões no âmbito do Pronaf – Reforma Agrária.

Já a quantidade de operações com empreendedores individuais e mini, micro e pequenos tomadores atingiu 21.205, o que representa 87,6% da quantidade de operações contratadas no período (24.200).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Quantidade	Valor
21.205	R\$ 1.424,5 milhões

- b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 263,3 mil o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região (96,2 mil diretos e 167,1 mil indiretos), no 1º semestre de 2013.

Se considerado o período de 1989 a junho de 2013, o número de empregos gerados e/ou mantidos na Região, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa 4.516,2 mil.

Números que evidenciam o atendimento à prioridade

Qtde. de operações	Valor aplicado	Qtde. de empregos gerados e/ou mantidos
24.200	R\$ 2.826,7 milhões	263.306

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

- c) projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:**

Criada com o objetivo de incentivar projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis, a Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1 – Conservação da Natureza teve, no 1º semestre de 2013, R\$ 107,4

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

milhões de recursos contratados, o que representa incremento de 95,6% em relação ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 54,9 milhões).

Já a Modalidade 2 – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) da Linha, criada com o objetivo de intensificar o uso da terra em áreas já desmatadas, por meio da disseminação de sistemas de produção sustentáveis e que integrem agricultura, pecuária e floresta, teve, no mesmo período, R\$ R\$ 4,2 milhões de recursos contratados, o que representa incremento de 985,3% em relação ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 387 mil).

Em síntese, foram realizadas, no âmbito da Linha (Modalidades 1 e 2), 82 operações no valor total de R\$ 111,6 milhões.

O Banco do Brasil destaca em seu Relatório de Gestão que tem fortalecido as parcerias com as entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, a fim de sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implementação de empreendimentos sustentáveis.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Modalidade	Quantidade	Valor
1 – Conservação da Natureza	79	R\$ 107,4 milhões
2 – ILPF	3	R\$ 4,2 milhões

d) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:

Destinada a financiar empreendimentos de implantação, ampliação ou modernização de atividades conduzidas em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionado às necessidades da unidade integradora, a Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – Convir teve, no 1º semestre de 2013, R\$ 4,1 milhões de recursos aplicados.

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Qtde.	Valor
7	R\$ 4,1 milhões

No Relatório de Gestão do Banco, estão relacionadas algumas operações que evidenciam o atendimento da prioridade em epígrafe.

e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência:

No 1º semestre de 2013, foram contratados R\$ 134,1 milhões, no âmbito das Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e para MGE, o que representa incremento de 46,4% em relação ao observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 91,6 milhões).

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Quantidade	Valor
847	R\$ 134,1 milhões

O Banco do Brasil destaca em seu Relatório de Gestão que 5 operações foram contratadas em apoio à Copa do Mundo de 2014, no total de R\$ 71,3 milhões.

- f) **projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):**
- *municípios da Faixa de Fronteira;*
 - *municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;*
 - *municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e*
 - *municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica.*

O quadro abaixo apresenta o resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade:

Resumo das contratações realizadas em atendimento à prioridade

Espaços Prioritários	Qtde.	Valor Contratado no 1º Sem. de 2013	Valor Previsto para 2013	% de Atingimento
Municípios da Faixa de Fronteira	4.489	R\$ 418,7 milhões	R\$ 732,1 milhões	57,2%
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	2.147	R\$ 156,0 milhões	R\$ 308,2 milhões	50,6%
Municípios da RIDE (exceto de MG)	612	R\$ 69,8 milhões	R\$ 104,6 milhões	66,7%
Municípios de Tipologia “Estagnada” e “Dinâmica”	11.793	R\$ 1.339,3 milhões	R\$ 2.300,8 milhões	58,2%

10. SITUAÇÃO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS

10.1. Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

A carteira de financiamentos do FCO registrou, em 30.06.2013, saldo de R\$ 17.932,3 milhões, o que representa incremento de 5,6% em relação ao observado em 30.06.2012 (R\$ 16.981,8 milhões):

Quadro 25: Saldo de Financiamentos por UF, Porte, Setor e Linha

	DF	GO	MS	MT	Região	R\$ Mil
--	----	----	----	----	--------	---------

Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores						
FCO Empresarial	579.347	783.628	565.251	714.810	2.643.036	
Industrial	122.054	272.888	88.788	174.434	658.164	
Infraestrutura	3.854	3.977	9.974	6.628	24.433	
Turismo	69.911	79.476	68.973	90.966	309.326	
Comércio e Serviços	383.528	427.287	397.516	442.783	1.651.114	
FCO Rural	215.539	2.315.129	1.372.463	1.945.266	5.848.396	
Pronaf-RA e Pronaf Demais	56.126	906.222	330.149	1.108.741	2.401.238	
Demais Rurais	159.413	1.408.906	1.042.313	836.525	3.447.158	
Subtotal	794.886	3.098.756	1.937.713	2.660.076	8.491.432	

Médios e Grandes Tomadores					
FCO Empresarial	421.969	1.416.242	995.640	1.217.640	4.051.492
Industrial	72.975	814.383	842.887	455.125	2.185.369
Infraestrutura	142.162	324.070	25.771	541.542	1.033.545
Turismo	41.954	81.668	11.045	34.880	169.547
Comércio e Serviços	164.879	196.122	115.938	186.093	663.031
FCO Rural	237.335	1.899.560	1.450.276	1.802.250	5.389.420
Subtotal	659.304	3.315.803	2.445.916	3.019.890	9.440.913

Resumo Geral					
FCO Empresarial	1.001.316	2.199.870	1.560.891	1.932.451	6.694.528
Industrial	195.029	1.087.270	931.675	629.559	2.843.533
Infraestrutura	146.016	328.047	35.745	548.170	1.057.978
Turismo	111.865	161.144	80.018	125.846	478.873
Comércio e Serviços	548.406	623.409	513.453	628.876	2.314.145
FCO Rural	452.874	4.214.689	2.822.738	3.747.516	11.237.816
Pronaf-RA e Pronaf Demais	56.126	906.222	330.149	1.108.741	2.401.238
Demais Rurais	396.747	3.308.467	2.492.589	2.638.775	8.836.578
Total	1.454.190	6.414.559	4.383.630	5.679.967	17.932.345

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

A carteira de financiamentos rurais atingiu o montante de R\$ 11.237,8 milhões, o que representa 62,7% do total (R\$ 17.932,3 milhões) e incremento de 1,8% em relação à posição registrada em 30.06.2012 (R\$ 11.037,4 milhões). A carteira de financiamentos empresariais, por sua vez, atingiu o montante de R\$ 6.694,5 milhões, o que representa 37,3% do total (R\$ 17.932,3 milhões) e incremento de 12,6% em relação à posição registrada em 30.06.2012 (R\$ 5.944,4 milhões).

O saldo de financiamentos com tomadores de menor porte alcançou R\$ 8.491,4 milhões, correspondentes a 47,4% do saldo total (R\$ 17.932,3 milhões), enquanto o saldo com médios e grandes tomadores totalizou R\$ 9.440,9 milhões, correspondentes a 52,6% do total.

O Estado de Goiás manteve-se na liderança, com saldo de R\$ 6.414,5 milhões (35,8%), seguido do Estado de Mato Grosso com R\$ 5.680,0 milhões (31,7%), do Estado de Mato Grosso do Sul com R\$ 4.383,6 milhões (24,4%) e do Distrito Federal com R\$ 1.454,2 milhões (8,1%).

10.2. Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

A carteira de financiamentos do Fundo apresenta 4 (quatro) grupamentos de risco operacional:

- contratações até 30.11.1998: risco 100% do FCO;
- contratações entre 01.12.1998 e 30.06.2001: risco compartilhado (100% do FCO e 100% do Banco);
- contratações a partir de 01.07.2001: risco 100% ou exclusivo do Banco; e
- contratações no âmbito do Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária (Papra): risco de terceiros/do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera).

O quadro a seguir apresenta o saldo de financiamentos por risco:

Quadro 26: Saldo de Financiamentos por Risco Operacional

Risco Operacional	% de Risco	Saldo	R\$ Mil
BB	100%	17.132.912	95,5
Compartilhado	50%	20.243	0,1
FCO	100%	695.873	3,9
Procera	100%	83.317	0,5
Total		17.932.345	100,0

Fonte: Relatório de Gestão do BB.

10.3. Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos – Índices de Inadimplência

No final do 1º semestre de 2013, o saldo da carteira de financiamentos do FCO atingiu R\$ 17.932,3 milhões, sendo R\$ 17.734,7 milhões de parcelas vincendas e R\$ 197,6 milhões de parcelas vencidas.

Consequentemente, o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) foi de apenas 1,1% (índice global) e 0,5% (índice da carteira com risco exclusivo do Banco).

O quadro a seguir apresenta os saldos de financiamentos do FCO vincendos e vencidos e, por conseguinte, os índices de inadimplência por UF, setor e risco operacional:

Quadro 27: Saldos de Financiamentos Vincendos e Vencidos - Índices de Inadimplência
Comparativo 1º Semestre de 2012 x 1º Semestre de 2013

UF	1º Semestre de 2012				1º Semestre de 2013				R\$ Mil
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	
DF	1.279.529	190.566	1.470.095	13,0	1.435.501	18.689	1.454.190	1,3	
GO	6.134.751	148.395	6.283.146	2,4	6.365.273	49.286	6.414.559	0,8	
MS	3.623.530	163.238	3.786.768	4,3	4.351.172	32.458	4.383.630	0,7	
MT	5.180.155	261.605	5.441.761	4,8	5.582.761	97.206	5.679.967	1,7	
Total	16.217.965	763.804	16.981.769	4,5	17.734.707	197.638	17.932.345	1,1	

Setor	1º Semestre de 2012				1º Semestre de 2013				
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	
Empresarial	5.905.670	38.694	5.944.364	0,7	6.656.269	38.260	6.694.528	0,6	
Rural	10.312.295	725.110	11.037.405	6,6	11.078.438	159.378	11.237.816	1,4	
Total	16.217.965	763.804	16.981.769	4,5	17.734.707	197.638	17.932.345	1,1	

Risco	1º Semestre de 2012				1º Semestre de 2013				
	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	Vincendo	Vencido	Total	% de Inad.	
BB	15.320.045	73.385	15.393.429	0,5	17.049.213	83.699	17.132.912	0,5	
Compartilhado	35.204	510	35.713	1,4	19.857	386	20.243	1,9	
FCO	829.366	634.311	1.463.677	43,3	635.995	59.878	695.873	8,6	
Procera	33.351	55.599	88.950	62,5	29.642	53.675	83.317	64,4	
Total	16.217.965	763.804	16.981.769	4,5	17.734.707	197.638	17.932.345	1,1	

Fonte: Relatórios de Gestão do BB referentes ao 1º Semestre de 2012 e ao 1º Semestre de 2013.

11. AUDITORIA EXTERNA

De acordo com o § 2º do art. 20 da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditagem.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2013 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 18.09.2013, a KPMG Auditores Independentes afirma que foram examinadas as demonstrações contábeis do FCO, que compreendem o balanço patrimonial em 30.06.2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Registra, quanto à responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis, que a administração do Fundo é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das

demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Registra que a responsabilidade dos auditores independentes é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em sua auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Acrescenta que uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Registra, ainda, acreditar que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião sem ressalva.

Afirma que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais, conforme descritas na Nota Explicativa n.º 3.

Quanto à base de elaboração das demonstrações contábeis, a KPMG, sem modificar sua opinião, chama a atenção para as Notas Explicativas n.º 2 e 3, que descrevem a base de elaboração das demonstrações contábeis do Fundo. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração para cumprir os requisitos dos normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

Por fim, a KPMG Auditores Independentes, quanto à auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores, registra que as demonstrações contábeis do Fundo, correspondentes ao semestre findo em 30.06.2012, continham ressalva quanto ao reconhecimento no resultado das rendas das operações de risco de crédito próprio em atraso com prazo superior a 60 (sessenta) dias e em razão de o Fundo utilizar o valor estimado do saldo de rendas a apropriar para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre essas operações, em desacordo com as políticas internas do Fundo. No decorrer do 1º semestre de 2013, os procedimentos de registro da receita e o respectivo cálculo da provisão mencionado foram regularizados em relação à política vigente, e os valores foram devidamente ajustados e estão sendo reapresentados de forma retrospectiva, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 2.1.

12. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO MI E PELA SUDECO

No exercício de suas atribuições, o Ministério da Integração Nacional implementou, no decorrer do 1º semestre de 2013, por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), diversas práticas que tiveram impactos positivos sobre as operações do FCO. Com isso, foram identificados avanços significativos e marcantes na gestão do Fundo.

Exemplificando, o Ministério da Integração Nacional adotou medidas importantes com o objetivo de aperfeiçoar os normativos existentes, bem como viabilizar novas ferramentas de apoio aos setores produtivos e ao fomento de projetos de interesse do desenvolvimento regional, otimizar a aplicação dos recursos e melhorar o desempenho dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a saber:

- edição da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013: alterações importantes foram implementadas na execução dos Fundos Constitucionais, dentre as quais se destaca a definição dos encargos financeiros e do bônus de adimplência pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de proposta do MI, observadas as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Esta medida também estabeleceu que o CMN definirá as condições em que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais poderão negociar dívidas contratadas com os recursos desses Fundos, dentre outras medidas;
- intensificação das ações de monitoramento do desempenho dos Fundos, com acompanhamento mensal dos resultados, de modo a diligenciar o melhor desempenho das carteiras, buscando incorporar conceitos intrínsecos da PNDR na política de aplicação dos recursos dos Fundos, mediante diferenciação na concessão de bônus, participação no financiamento além de outras condições oferecidas; e
- redução dos encargos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para 3,53% a.a. nas operações de investimento, no período de janeiro a junho de 2013, e para 4,12% a.a. nas operações de investimento, no período de julho a dezembro de 2013 (Resolução CMN/Bacen n.º 4.181, de 07.01.2013).

Dentre as demais ações desenvolvidas, destacamos as seguintes:

- participação nos Seminários “FCO Itinerante” em parceria com os Governos dos Estados e do Distrito Federal, os Governos Municipais, o Banco do Brasil S.A., as demais Instituições Operadoras; o Sebrae e outros parceiros, com o objetivo de divulgar o FCO e estimular a tomada de financiamentos principalmente junto aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, além de incentivar a interação entre os diversos atores sociais interessados no FCO e promover o reconhecimento, por parte da sociedade civil, dos esforços do Governo Federal para acelerar o desenvolvimento econômico e social da Região;
- análise do relatório apresentado pelo Banco do Brasil, referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2012;
- análise e emissão de pareceres sobre propostas submetidas ao Condel, envolvendo alterações e aperfeiçoamentos das condições operacionais dos programas e linhas de financiamento, entre outros assuntos de importância para o Fundo;
- preparação, organização e composição das pautas das reuniões do Conselho Deliberativo, contendo toda a documentação relacionada com as matérias a serem discutidas nas reuniões e necessárias às deliberações dos Conselheiros;

- redação das atas das reuniões do Condel;
- redação e publicação das resoluções do Conselho;
- análise e emissão de pareceres sobre recomendações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/CGU, constantes de Relatórios de Auditoria do FCO e de Planos de Providências;
- participação na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, em Brasília, de 18 a 22.03.2013, com o objetivo de apresentar os instrumentos de financiamento do desenvolvimento regional administrados no âmbito do Ministério da Integração Nacional e inseri-los na discussão da elaboração de uma nova Política de Desenvolvimento Regional. O evento inédito contou com a participação de representantes do governo, sociedade civil, instituições de ensino superior e setor empresarial e consolidou propostas e diretrizes para a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que será levada ao Congresso Nacional;
- participação no Agrobrasília, de 14 a 18.05.2013, com a instalação de um estande do MI/Sudeco, onde foram distribuídas cartilhas sobre o FCO, realizados atendimentos individualizados a potenciais tomadores de recursos e realizadas palestras sobre as principais condições de financiamento do Fundo;
- participação em diversos eventos, com o objetivo de divulgar as condições de financiamento do FCO, a exemplo dos seguintes: Coletiva FCO, no dia 31.01.2013, em Brasília; Reunião na Embrapa Cerrados, no dia 21.02.2013, em Brasília (DF); Encontros nos Estados para divulgação dos resultados de 2012 e lançamento oficial do Cartão FCO Empresarial, nos dias 30.01 (MT); 07.02 (GO); 18.02 (MS) e 04.04.2013 (DF); Agrobrasília, de 14 a 18.05.2013, em Brasília (DF); Seminário Nordeste Goiano, no dia 21.05.2013, em Alvorada do Norte (GO); Congresso Brasileiro de Clubes, em Brasília (DF), no dia 08.06.2013; e Reunião da Diretoria da Fibra, no dia 25.06.2013, em Brasília (DF);
- análise e elaboração de notas técnicas e pareceres sobre propostas de emendas constitucionais, projetos de lei e medidas provisórias e outros atos de competência do Ministério relacionados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e/ou especificamente ao FCO;
- publicação anual 2013 “Fundos Regionais e Incentivos Fiscais – Resultados e Principais Mudanças em 2012”;
- publicação “Sistema de Informações Gerenciais 2012”; e
- confecção e distribuição de folderes e cartilhas sobre o FCO.

12.1. Seminários FCO Itinerante

Como ocorre anualmente, o Ministério da Integração Nacional e a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, atentos à necessidade de cumprimento da programação do FCO, que prevê a aplicação de 51% dos recursos em empreendimentos de tomadores de menor porte, intensificaram a divulgação do FCO no exercício de 2013, por meio dos Seminários FCO Itinerante.

No 1º semestre de 2013, foram realizados 44 (quarenta e quatro) Seminários FCO Itinerante, a partir de uma parceria formada pelo Ministério da Integração Nacional, Sudeco, Governos Estaduais e Municipais, Câmaras Municipais, Instituições Operadoras do FCO, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Câmaras de Dirigentes Lojistas (CDL), Sindicatos Rurais, Associações de Produtores Rurais e Comerciais e outros parceiros relevantes em nível local:

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

Quadro 28: Programação dos Seminários FCO Itinerante no 1º Semestre de 2013

UF	Município/Cidade	Data	Tipologia	Razão da Escolha
DF	Ceasa (SDE/DF)	15.03.2013	AR	RIDE
DF	Samambaia (CRCDF)	06.05.2013	AR	RIDE
DF	Brasília	15.05.2013	AR	RIDE
DF	Taguatinga/Águas Claras/Vicente Pires	16.05.2013	AR	RIDE
GO (Entorno)	Novo Gama	13.03.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Valparaíso de Goiás	14.03.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Cidade Ocidental	26.03.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Alexânia	10.04.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Abadiânia	11.04.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Planaltina de Goiás	17.04.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Formosa	18.04.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Luziânia	08.05.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Cristalina	09.05.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Água Fria de Goiás	22.05.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Mimoso de Goiás	23.05.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Cabeceiras	05.06.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Vila Boa	06.06.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
GO (Entorno)	Corumbá de Goiás	20.06.2013	EMR	RIDE e Águas Emendadas
MT	Várzea Grande	01.03.2013	AR	Potencial sócio-econômico
MT	Guiratinga	07.03.2013	DMR	Tipologia
MT	Carlinda	13.03.2013	DMR	Tipologia
MT	Nova Canaã do Norte	14.03.2013	DMR	Tipologia
MT	Colíder	15.03.2013	DMR	Tipologia
MT	Apiacás	05.04.2013	DMR	Tipologia
MT	Itiquira	11.04.2013	EMR	Tipologia
MT	Poxoréo	12.04.2013	DMR	Tipologia
MT	Denise	18.04.2013	EMR	Tipologia
MT	Nova Olímpia	19.04.2013	EMR	Tipologia
MT	São José do Rio Claro	02.05.2013	DMR	Tipologia
MT	Porto Esperidião	16.05.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MT	Mirassol D'Oeste	17.05.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MT	Jauru	23.05.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MT	Pontes e Lacerda	24.05.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MT	Porto dos Gaúchos	06.06.2013	DMR	Tipologia
MT	Juara	07.06.2013	DMR	Tipologia
MT	Água Boa	13.06.2013	DMR	Tipologia
MT	Tapurah	27.06.2013	AR	Potencial sócio-econômico
MT	Ipiranga do Norte	28.06.2013	AR	Potencial sócio-econômico
MS	Novo Horizonte do Sul	03.04.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MS	Ivinhema	04.04.2013	DMR	Tipologia
MS	Costa Rica	24.04.2013	AR	Tipologia
MS	Paraíso das Águas	25.04.2013	EMR	Potencial sócio-econômico
MS	Deodápolis	22.05.2013	DMR	Faixa de Fronteira
MS	Nova Andradina	23.05.2013	DMR	Tipologia

Cada um teve uma média de público de 100 pessoas, dentre empresários, produtores rurais e lideranças locais.

Por ocasião dos Seminários, foram realizadas palestras sobre as condições de financiamento do FCO e as formas de acesso aos recursos pelos principais órgãos e/ou entidades envolvidas, a exemplo do MI, Sudeco, Governos dos Estados, Sebrae e BB, bem como foram prestadas informações ao público em pontos de atendimento disponibilizados no local.

E o cronograma de Seminários não contou apenas com palestras, mas também com atendimento individualizado a potenciais tomadores, encontros com lideranças locais, entrevistas em rádios e televisões e visitas a empreendimentos financiados com recursos do Fundo.

13. SÍNTESE DAS OBSERVAÇÕES

A análise realizada, com base na documentação fornecida pelo Banco, revelou, conforme as abordagens feitas ao longo do presente Parecer, os seguintes aspectos:

- o orçamento realizado no 1º semestre de 2013 (R\$ 2.703,7 milhões) representou 102,8% do montante previsto (R\$ 2.630,1 milhões);
- as contratações atingiram R\$ 2.826,7 milhões, o que corresponde a 107,5% do montante de recursos previstos para o período (R\$ 2.630,1 milhões), e a 104,6% do montante de recursos efetivamente alocados no período para aplicação (R\$ 2.703,7 milhões);
- os R\$ 2.826,7 milhões aplicados no semestre beneficiaram, diretamente, as populações de 456 localidades, correspondentes a 97,6% do total dos municípios da Região (467);
- das contratações realizadas (R\$ 2.826,7 milhões), R\$ 452,1 milhões (16,0%) beneficiaram o DF; R\$ 1.076,2 milhões (38,1%) o Estado de GO; R\$ 627,0 milhões (22,2%) o Estado de MS; e R\$ 671,4 milhões (23,7%) o Estado de MT;
- as contratações com tomadores de menor porte, ou seja, com empreendedores individuais, mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores, atingiram o montante de R\$ 1.825,0 milhões, o que representa 64,6% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões);
- dos recursos aplicados (R\$ 2.826,7 milhões), R\$ 1.702,4 milhões (60,2%) beneficiaram o setor empresarial e R\$ 1.124,3 milhões (39,8%) o setor rural;
- as contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atingiram R\$ 137,1 milhões e as do Pronaf – Reforma Agrária, R\$ 5,4 milhões;
- as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 951,9 milhões, correspondentes a 55,9% do total aplicado junto ao setor empresarial (R\$ 1.702,4 milhões), a 33,7% do volume aplicado na Região (R\$ 2.826,7 milhões) e a 59,4% do limite anual de recursos para financiamento dos referidos setores (R\$ 1.603,8 milhões);
- os financiamentos de custeio junto a mini e pequenos produtores atingiram R\$ 184,9 milhões, consumindo 27,8% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 826,9 milhões, correspondentes a 100,4% do limite/teto respectivo;
- os financiamentos de custeio junto a pequeno-médios, médios e grandes produtores atingiram R\$ 74,4 milhões, consumindo apenas 9,0% do limite/teto disponível para contratação. Já os financiamentos de aquisição de insumos e/ou matéria-prima e formação de estoques para vendas atingiram R\$ 83,3 milhões, correspondentes a 30,3% do limite/teto respectivo;
- as contratações na Faixa de Fronteira totalizaram R\$ 418,7 milhões no 1º semestre de 2013, o que representa 57,2% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 732,1 milhões);
- na Mesorregião de Águas Emendadas, foram contratados R\$ 156,0 milhões, o que representa 50,6% do montante de recursos previstos para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 308,2 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões de tipologia estagnada e dinâmica, segundo a PNDR, absorveram R\$ 1.023,3 milhões e R\$ 316,0 milhões, correspondentes a 36,2% e 11,2% do total contratado na Região (R\$ 2.826,7 milhões), respectivamente. Juntos, esses municípios absorveram R\$ 1.339,3 milhões, o que representa 58,2% do montante

- de recursos previstos para aplicação nos referidos espaços em 2013 (R\$ 2.300,8 milhões);
- os municípios integrantes de microrregiões classificadas como de alta renda, por sua vez, absorveram R\$ 1.487,4 milhões, correspondentes a 52,6% do total contratado na Região;
 - o DF e os Estados de GO e MT concentraram as aplicações em municípios de alta renda (84,6%, 64,8% e 42,4% respectivamente) e o Estado de MS em municípios de economia estagnada (70,0%);
 - foram formalizadas 3.199 operações no montante de R\$ 452,1 milhões, sendo 2.587 operações no valor de R\$ 382,3 milhões no DF e 612 operações no valor de R\$ 69,8 milhões no Entorno. O valor aplicado no Entorno (R\$ 69,8 milhões) representa 66,7% do previsto para aplicação no referido espaço em 2013 (R\$ 104,6 milhões);
 - 6.201 pessoas físicas e jurídicas obtiveram financiamentos com recursos do FCO pela primeira vez, absorvendo R\$ 975,4 milhões;
 - no 1º semestre de 2013, as instituições operadoras do repasse aplicaram R\$ 33,3 milhões, o que representa incremento de 86,0% em relação ao montante observado no 1º semestre de 2012 (R\$ 17,9 milhões);
 - das 28.599 propostas existentes no Banco do Brasil no valor de R\$ 4.963,1 milhões, 24.200 no valor de R\$ 2.826,7 milhões foram contratadas e 4.399 no valor de R\$ 2.136,4 milhões não foram;
 - a carteira de financiamentos registrou, em 30.06.2013, saldo de R\$ 17.932,3 milhões, o que representa incremento de 5,6% em relação ao observado em 30.06.2012 (R\$ 16.981,8 milhões);
 - o índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) foi de apenas 1,1% (índice global) e 0,5% (índice da carteira com risco exclusivo do Banco); e
 - a empresa de auditoria independente KPMG Auditores Independentes, por meio de relatório datado de 18.09.2013, registrou que, em sua opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 30.06.2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos constitucionais.

Cabe registrar que o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, atendeu às orientações contidas no Ofício n.º 097/2013/SFRI-MI, de 06.08.2013, do Ministério da Integração Nacional, permitindo, assim, o aprimoramento do processo de supervisão, acompanhamento e controle da aplicação dos recursos e da avaliação de desempenho do Fundo.

14. PARECER E RECOMENDAÇÕES

Em cumprimento ao que dispõem os arts. 14, inciso III, e 20, § 5º, da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, e art. 10, *caput* e §§ 1º a 3º, da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, sugerimos encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) o Relatório apresentado pelo Banco do Brasil S.A. referente às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos com a aplicação dos recursos do FCO, no 1º semestre de 2013, **com parecer da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) favorável à sua aprovação.**

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)
Relatório de Gestão – 1º Semestre de 2013

Considerando as análises e as considerações registradas no presente Parecer e com o objetivo de aprimorar a gestão do Fundo, sugerimos ao Condel **recomendar**:

- a) ao Banco do Brasil S.A. que, em articulação com os Governos dos Estados de Goiás e Mato Grosso e do Distrito Federal e com os demais administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, envide esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel (item 8.6.3 retro); e
- b) ao Banco de Brasília (BRB), ao Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), à Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento), à Agência de Fomento de Mato Grosso (MT Fomento), ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) que, em articulação com os Governos Estaduais e do Distrito Federal e com os administradores do FCO, definidos na Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, evidem esforços para incrementar as contratações em municípios de tipologia “estagnada” e “dinâmica”, de forma a cumprir as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e Condel (item 8.8 retro).

CESAR AUGUSTO COURA GONÇALVES
Assistente – CGAC/DFRP/SFRI/MI

SIMONE APARECIDA SILVA RODRIGUES
Assistente Técnico – Sudeco/MI

IRIS CARLOS PINTO
Coordenador Substituto – CGAC/DFRP/SFRI/MI

HÉLEN CÁSSIA NUNES E SILVA
Coordenadora-Geral de Desenvolvimento da RIDE/DF e
Espaços Prioritários – Sudeco/MI

MAURÍLIO ALVES BARCELOS
Diretor Substituto do Departamento Financeiro e de
Recuperação de Projetos – SFRI/MI

JENNER GUIMARÃES DO REGO
Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais –
SFRI/MI

CLÉBER ÁVILA
Diretor-Superintendente Substituto – Sudeco/MI